

<u>Acórdãos STA</u>	Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo
Processo:	057/10
Data do Acórdão:	14-04-2010
Tribunal:	2 SECÇÃO
Relator:	VALENTE TORRÃO
Descritores:	EXECUÇÃO FISCAL COIMA REVERSÃO MEIO PROCESSUAL ADEQUADO
Sumário:	<p>I - Tendo revertido contra responsável subsidiário dívida por aplicação de coimas, a oposição à execução fiscal é o meio próprio de defesa daquele responsável subsidiário.</p> <p>II - Tendo sido deduzida impugnação judicial, alegando-se ilegitimidade do revertido, por falta de exercício do cargo de gerente de facto, este meio processual é inadequado ao direito de defesa do revertido.</p> <p>III - Assim, e não sendo legalmente possível a convalidação da impugnação em oposição, por estar ultrapassado o prazo referido no artº 203º, nº 1, alínea a) do CPPT, tem de retirar-se da inadequação do meio processual a consequência adequada – absolvição da Fazenda Pública da instância.</p>

Nº Convencional:	JSTA000P11681
Nº do Documento:	SA220100414057
Recorrente:	A...
Recorrido 1:	FAZENDA PÚBLICA
Votação:	UNANIMIDADE

--	--

Aditamento:	
-------------	--

▼ **Texto Integral**

Texto Integral:	<p>Acordam na Secção do Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo:</p> <p>I. A..., melhor identificada nos autos, veio recorrer da sentença do Mmº Juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, que julgou procedente, a excepção de erro na forma de processo, não sendo</p>
-----------------	--

a convalidação possível e absolveu a FP da instância, apresentando, para o efeito, alegações nas quais conclui:

1ª) A sentença do Tribunal “a quo” refere que os factos invocados pela ora recorrente na impugnação judicial — legitimidade da impugnante — não integra qualquer fundamento da acção de impugnação nos termos do art.º 99.º do CPPT.

2ª) Reconhece-se, no entanto, na douda sentença ora recorrida, que a impugnante invoca a inactividade da empresa.

3ª) A empresa B... está inactiva desde 1998, tendo efectuado escritura de dissolução e liquidação em 2002.

4ª) Logo não há rendimento susceptível de tributação, falecendo, assim também, os pressupostos para aplicação de coimas nos anos em que a sociedade já estava inactiva.

5ª) No entanto, no doudo entender do Meritíssimo Juiz do Tribunal “a quo” há erro de forma processual.

6ª) Não obstante, a nossa melhor doutrina e jurisprudência considera que:

*“Porém, mesmo em situações deste tipo deverá ter-se em conta a possibilidade de interpretação da petição, designadamente se nela é detectável um pedido implícito compatível com a forma de processo adequada.” v.g. Jorge de Sousa, CPPT anotado e comentado, Vol. I, página 691:*

*“ ... havendo uma cumulação de pedidos e ocorrendo erro na forma de processo quanto a um deles, a solução é considerar sem efeito o pedido para o qual o processo não é adequado, como se infere da solução dada a uma questão paralela nº 4 do art.º 193º do CPC.” v. Jorge de Sousa, CPPT anotado e comentado, Vol. II, p. 116.*

7ª) O n.º 3 do art.º 98.º do CPPT preceitua o aproveitamento das peças úteis ao apuramento dos factos.

8ª) Foi, assim, mal interpretado o n.º 3 do art.º 98 e o art.º 99.º do CPPT.

9ª) As dívidas relativas a coimas, do devedor subsidiário, são responsabilidade de natureza civil, não podendo ser cobradas através de processo de execução fiscal.

10ª) Violando-se o estatuído no art.º 148º do CPPT.

Pelo exposto deverá ser revogada a decisão recorrida julgando-se procedente o presente recurso prosseguindo a impugnação judicial com fundamento na inactividade da empresa, ou então absolvendo-se a impugnante, aqui recorrente, por ilegal a cobrança de coimas ao devedor subsidiário através do processo de execução fiscal.

II. O M<sup>o</sup> P<sup>o</sup> emitiu o parecer constante de fls. 69, no qual defende a manutenção da decisão recorrida.

III- Colhidos os vistos legais, cumpre decidir.

IV- A decisão recorrida julgou procedente a excepção da inadequação da forma processual, com a consequente absolvição da Fazenda Pública da instância, louvando-se nos seguintes argumentos:

a) A recorrente veio alegar que apesar de constar do pacto social da empresa como sócia gerente, a gerência de facto foi sempre exercida pelo sócio C...; ora, este fundamento é subsumível ao disposto no art<sup>o</sup> 204<sup>o</sup>, n<sup>o</sup> 1, alínea b) do CPPT, a respeito dos fundamentos da acção de oposição.

b) Deste modo, e porque os fundamentos da impugnação se encontram elencados no art<sup>o</sup> 99<sup>o</sup>, sendo certo que dessa norma não consta o fundamento invocado pela impugnante, a impugnação não é o meio processual adequado à satisfação do direito da recorrente. É certo que a recorrente invocou a inactividade da empresa, mas, como se concluiu na decisão recorrida “o certo é que do teor dos argumentos aduzidos ressalta a sua ilegitimidade por não exercício da gerência de facto”.

O M<sup>o</sup>P<sup>o</sup> manifestou o seu acordo com a decisão recorrida, tal como resulta do parecer de fls. 69, invocando que o meio processual adequado para reagir contenciosamente contra a ilegalidade de um despacho que decide a reversão da execução fiscal, com fundamento no não exercício da gerência de facto ou de direito da sociedade originária devedora, é a oposição à execução fiscal. Tendo a recorrente utilizado o processo de impugnação, a convolação para a oposição à execução fiscal seria possível, se não tivesse sido ultrapassado o prazo referido no art<sup>o</sup> 203<sup>o</sup>, n<sup>o</sup> 1, alínea a) do CPPT. No caso concreto, como tal prazo foi ultrapassado, não é legalmente viável a convolação, pelo que o recurso não merece provimento.

A recorrente, por seu lado, entende que, mesmo considerando que a ilegitimidade apenas poderia ser invocada em processo de oposição à execução fiscal, sempre a impugnação poderia continuar com o outro fundamento invocado – o da inactividade da sociedade revertida a partir de 1998. Assim sendo, e por aplicação do disposto no nº 3 do artº 98º do CPPT, era possível o aproveitamento das peças processuais úteis para o apuramento dos factos.

V. Segundo a recorrente, estão em causa nos autos de oposição à execução fiscal, quantias relativas a coimas por falta de entrega ou recusa do modelo 22 da Sociedade por quotas B....

Ainda de acordo com a petição de impugnação, essa sociedade deixou de exercer actividade a partir de 1998, tendo a mesma sido extinta em 14.05.2002 (v. fls. 13).

Ora, se a sociedade não exercia actividade, em princípio, não estava obrigada a fazer declarações de rendimentos ou a liquidar IVA. E, assim sendo, inexistindo facto tributário não havia que efectuar declarações de rendimentos, pelo que também não teria existido comportamento contra-ordenacional. Aparentemente, este raciocínio da recorrente parece correcto, mas não colhe o apoio legal. O processo de impugnação judicial, destina-se à invocação de ilegalidades do acto tributário ou outras enunciadas no artº 99º do CPPT.

Deste modo, ainda que se pudesse considerar que a recorrente invocou inexistência de facto tributário, a verdade é que não existiu qualquer acto de liquidação susceptível de impugnação ao abrigo do citado artº 99º. Sendo assim, a impugnação não poderia prosseguir nos termos por si referidos nas conclusões das alegações.

Pelo que ficou dito, improcedem todas as conclusões das alegações e, em consequência, o recurso.

VI. Nestes termos e pelo exposto, acorda-se em negar provimento ao recurso, confirmando-se a decisão recorrida.

Custas pela recorrente, fixando a procuradoria em um sexto.

Lisboa, 14 de Abril de 2010. - *Valente Torrão*  
(relator) - *Isabel Marques da Silva* - *Brandão de*

 *Pinho.*